EMENDA Nº 421

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação aos incisos V e VI do art. 58 do anteprojeto:

PROPOSTA RELATORA

Art. 58. As tarifas aeroportuárias a que se refere o artigo anterior são assim denominadas e caracterizadas:

...

V - tarifa de armazenagem: devida ao titular do terminal de carga aérea pelo armazenamento das mercadorias e fixada de acordo com a relação entre o peso e o volume da mercadoria, incidindo sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito;

VI – tarifa de capatazia: devida ao prestador de serviços de capatazia pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o inciso anterior e fixada de acordo com a relação entre o peso e o volume da mercadoria, incidindo sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito.

PROPOSTA

V - tarifa de armazenagem: devida ao titular do terminal de carga aérea pelo armazenamento das mercadorias e fixada de acordo com o valor da mercadoria, incidindo sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito;

VI – tarifa de capatazia: devida ao prestador de serviços de capatazia pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o inciso anterior e fixada de acordo com o peso da mercadoria, incidindo sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito.

JUSTIFICATIVA

As redações sugeridas para as Tarifas de Armazenagem e de Capatazia estão amparadas no art. 7º, parágrafo único, e no art. 8º, parágrafo único, do Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983, que regulamenta a Lei nº 6.009, de 1973.

A conceituação sugerida à Tarifa de Armazenagem não possui coerência com sua atual precificação, levando-se em consideração os serviços e as instalações disponibilizadas e pela qual é remunerada, não podendo deixar de considerar o tempo de armazenamento da carga, por se tratar de item necessário ao melhor desempenho e possibilidade de flexibilização, o que torna o segmento mais atrativo.

Destaca-se que, com relação à tarifa de armazenagem, considerar o peso e o volume da mercadoria é critério injusto, em face de que existem mercadorias com volume e peso irrisório, mas que, por suas especificidades, demandam cuidados adicionais de armazenamento, gerando custos elevados ao operador aeroportuário.

Exemplo disso são os medicamentos, que demandam investimentos vultosos por parte de operador aeroportuário para sua conservação, com câmaras frigoríficas específicas para o seu armazenamento, além de equipe preparada para o seu manuseio, como a contratação de farmacêutico para este fim.

Portanto, defende-se que o legislador não pode afastar-se da Teoria do Direito de Kant, devendo ter a preocupação em colocar no mundo jurídico normas com critérios justos, tal qual, **in casu**, o critério do valor da mercadoria.

TÉRCIO IVAN DE BARROS